

Cargo: S01 - ADMINISTRADOR

Disciplina: ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
16	Os atos de improbidade praticados por servidor ou não, contra a administração pública deverão ser punidos perante a lei.	A resposta da questão está justificada pelo Art 1º da Lei nº 8.429/92 estando correta a alternativa considerada como gabarito. A referida lei regula os atos de improbidade administrativa praticada por agentes públicos.	INDEFERIDO	-
17	Facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.	Em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente anulação, em razão da questão apresentar duas respostas plausíveis, igualmente corretas: o gabarito e a alternativa que apresenta a redação: “ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo, quando puder, a melhor e a mais vantajosa opção para o bem comum”.	DEFERIDO	ANULADA
19	Quando houver necessidade de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.	Na questão 19 levanta-se a hipótese de utilização da inexigibilidade de licitação, havendo assim a contratação direta. Encontra-se a resposta da mesma no Art. 30 da Lei nº 13.303. Portanto, a alternativa está correta.	INDEFERIDO	-

Cargo: S02 - ANALISTA DE SISTEMA

Disciplina: ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
17	Facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.	Em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente anulação, em razão da questão apresentar duas respostas plausíveis, igualmente corretas: o gabarito e a alternativa que apresenta a redação: “ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo, quando puder, a melhor e a mais vantajosa opção para o bem comum”.	DEFERIDO	ANULADA
18	Nas situações que atinjam a segurança de pessoas e bens, especialmente as de emergência e as que coloquem em risco a saúde da população ou de trabalhadores dos serviços de saneamento básico.	A resposta da questão 18 está baseada no Art. 17 do Decreto-lei nº 7.217.	INDEFERIDO	-
19	Quando houver necessidade de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.	Na questão 19 levanta-se a hipótese de utilização da inexigibilidade de licitação, havendo assim a contratação direta. Encontra-se a resposta da mesma no Art. 30 da Lei nº 13.303. Portanto, a alternativa está correta.	INDEFERIDO	-

Cargo: S03 - CONTADOR

Disciplina: ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
17	Facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.	Em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente anulação, em razão da questão apresentar duas respostas plausíveis, igualmente corretas: o gabarito e a alternativa que apresenta a redação: “ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo, quando puder, a melhor e a mais vantajosa opção para o bem comum”.	DEFERIDO	ANULADA
19	Quando houver necessidade de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.	Na questão 19 levanta-se a hipótese de utilização da inexigibilidade de licitação, havendo assim a contratação direta. Encontra-se a resposta da mesma no Art. 30 da Lei nº 13.303. Portanto, a alternativa está correta.	INDEFERIDO	-

Cargo: S04 - ECONOMISTA

Disciplina: ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
17	Facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.	Em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente anulação, em razão da questão apresentar duas respostas plausíveis, igualmente corretas: o gabarito e a alternativa que apresenta a redação: “ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo, quando puder, a melhor e a mais vantajosa opção para o bem comum”.	DEFERIDO	ANULADA
19	Quando houver necessidade de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.	Na questão 19 levanta-se a hipótese de utilização da inexigibilidade de licitação, havendo assim a contratação direta. Encontra-se a resposta da mesma no Art. 30 da Lei nº 13.303.	INDEFERIDO	-